



Mais direitos e mais poder para as mulheres? A atuação de mulheres vereadoras nas regiões de Blumenau e Brusque, Santa Catarina

Luciana Butzke¹

Ana Clara Medina Menezes de Souza²

Bruna de Oliveira Schweder³

Este artigo tem por tema Violência Política Contra as Mulheres (VPCM) e Desenvolvimento Regional. O Brasil ocupa o 145º lugar na classificação mundial de representação feminina no parlamento federal, sendo que as mulheres correspondem a 52,5% dos eleitores e sua representação política é de 15,8% (D'ÁVILA, 2022). Em relação à VPCM, de janeiro de 2016 a setembro de 2020 as mulheres representavam 7% dos assassinatos/atentados, 18% das agressões, 31% das ameaças e 76% das ofensas. Em relação aos agentes, em caso de assassinatos/atentados e agressões são 100% homens, nas ameaças as mulheres representam 9% e em ofensas 7% (LAURIS; HASHIZUME, 2020).

Os temas do assédio e a Violência Política de Gênero (VPG) foram discutidos na Décima Conferência Regional de Mulheres da América Latina e Caribe em 2007. O Brasil participou e foi signatário, comprometendo-se a rever conquistas e desafios relacionados a igualdade de gênero. Em 2004 foi criado o Mecanismo de Acompanhamento da Convenção de Belém do Pará, pela Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) para monitorar a implementação dos preceitos da Conferência de 2007. Em 2015 foi aprovada a Declaração sobre Violência e Assédio Políticos Contra Mulheres, primeiro acordo do globo sobre o assunto (MATOS, 2022). Em 2021 foi sancionada a Lei 14.192 que inclui no Código Eleitoral Brasileiro o crime de violência política contra a mulher. Consta no Artigo 3º: “Considera-se violência política contra a mulher toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher.” (BRASIL, 2021).

1 Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau, doutora em Sociologia Política, lbutzke@furb.br.

2 Servidora do Instituto Federal Catarinense, mestre em Gestão Universitária, ana.souza@ifc.edu.br

3 Doutoranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau, boschweder@furb.br



O objetivo principal deste artigo foi o de compreender se a atuação das mulheres vereadoras está contribuindo para ampliar os direitos das mulheres e sua participação política no espaço urbano e regional. Para tanto, foram definidos os seguintes objetivos específicos: (a) descrever o perfil das vereadoras; (b) identificar as pautas e projetos que elaboraram e defenderam nos dois primeiros anos de mandato; e (c) analisar seus posicionamentos em relação a pautas sobre mulheres e gênero; (d) descrever denúncias envolvendo VPCM.

A coleta de documentos e dados recorreu a sítios do Tribunal Superior Eleitoral e Câmaras de Vereadores dos 19 municípios que compõem as regiões de Blumenau (Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Doutor Pedrinho, Gaspar, Ilhota, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó) e Brusque (Canelinha, Botuverá, Brusque, Guabiruba, Major Gercino, Nova Trento e São João Batista) (Figura 1). Dos 176 vereadores eleitos em 2020, a ênfase recaiu sobre as 29 vereadoras eleitas. Dos sítios foram coletados dados do perfil das vereadoras e dos projetos de lei e pautas que elas apresentaram no primeiro ano de mandato (2021). Como método de análise foi utilizada a análise de conteúdo e de discurso. As situações de VPCM foram pesquisadas em jornais locais no período eleitoral e nos três primeiros anos de mandato.

Figura 1 – Mapa de localização das regiões imediatas de Blumenau e Brusque, Santa Catarina



Fonte: Concepção própria. **Elaboração:** Ruy Lucas de Souza.



No que se refere ao perfil, das 29 vereadoras, 17 tinham curso superior completo, 8 possuíam ensino médio completo, 2 tinham fundamental completo e em duas situações não consta a escolaridade. Nove vereadoras tinham de 30 a 39 anos, oito tinham 60 a 69 anos, sete 40 a 49 anos, quatro de 50 a 59 anos e uma de 20 a 29 anos. Logo, há um predomínio de 30 a 69 anos. Em relação a filiação partidária, dez vereadoras são do MDB, cinco do PSD, quatro do PODEMOS, três do PP e duas do PL. No espectro político das 29 vereadoras, 28 se encaixam no perfil da direita, somando um maior número na direita conservadora e centro direita. A extrema direita conta com uma representante e a centro esquerda uma. Em síntese, o perfil das vereadoras é de mulheres em suma com curso superior completo e acima de 30 anos. A filiação partidária se concentra mais no MDB, PSD, PODEMOS e PP. E em sua maioria estão vinculadas a direita conservadora e centro direita, havendo apenas uma representante de extrema direita e uma de centro-esquerda.

Dos projetos e pautas apresentadas pelas 29 vereadoras em 2021 temos a presença de temas relacionados à saúde, maternidade, mulher, educação, prevenção, violência, dentre outros (Tabela 1). Logo, é possível afirmar que as vereadoras estão sensíveis aos problemas que as mulheres enfrentam e estão levando suas reivindicações para a Câmara. Mas, isso em si, não garante a adesão das vereadoras a uma ampliação dos direitos das mulheres. A maior parte das pautas e projetos de lei reforçavam direitos já existentes, não promovendo uma reflexão crítica sobre eles. Elas evitaram temas polêmicos, principalmente os relacionados a gênero e população LGBTQI+.

Tabela 6 – Frequência dos 15 temas mais abordados pelas vereadoras, 2021

Palavra	Frequência	Palavra	Frequência
Saúde	7	direito	3
maternidade	6	feminina	3
mulher	6	absorventes	2
educação	4	animais	2
prevenção	4	animal	2
violência	4	autista	2
conscientização	3	doméstica	2
câncer	3		

Fonte: Elaboração própria.



A preocupação com temas relacionados às mulheres, às relações de gênero e à sexualidade é muito relevante e precisamos de mulheres que coloquem em pauta esses temas de forma crítica, independente do espectro político. E é igualmente importante que esses temas sejam tratados com a participação de movimentos sociais e com base em pesquisas científicas e dados da realidade, visando a promoção de um debate democrático e qualificado nas respectivas câmaras e que possa orientar a tomada de decisão visando a ampliação dos direitos das mulheres e de outras minorias.

Em relação a casos de VPCM, identificou-se uma situação de violência auto infringida durante o período eleitoral. Uma das candidatas vitoriosas do pleito usou como nome, durante a campanha eleitoral, o “nome dela “do” nome do marido/companheiro” (por exemplo, “Maria do João”). Essa atitude demonstra o quanto as mulheres ainda se identificam a partir do componente masculino. Foi identificada também uma situação de ofensa/desqualificação da atuação de uma vereadora mulher no município de Gaspar. Um vereador, em 14 de junho de 2022 (Segundo ano de mandato), dia em que foi comemorado o recorde do número de mulheres na política de Gaspar (quatro vereadoras no mesmo mandato), afirmou que a vereadora que tomava posse naquele dia “embelezava” a Câmara. Ao fim da sessão, a presidenta da Câmara respondeu que a vereadora estava ali pela sua competência e não pela beleza (ASSIS, 2022). Outra situação envolveu uma queixa-crime, relacionada a ofensas raciais no município de Brusque em 7 de fevereiro de 2023 (terceiro ano de mandato). A vereadora recebeu as ofensas e ameaça por e-mail. Dentre as ofensas estão os termos “macaca fedorenta”, “biscate gorda”, “vagabunda” e “vaca velha” e a ameaça de estupro e morte a ela e a sua família (DUARTE, 2023). Essa situação reflete a VPCM e a Violência Política Racista (VPR), mostrando que a violência política também sofre atravessamentos e intersecções.

É possível concluir que a participação das mulheres na vereança da região de Blumenau e de Brusque ainda é tímida (29 de um total de 176 vereadores), a maioria tem mais de 30 anos (apenas uma vereadora tem menos de 30 anos) e há um predomínio do espectro político de direita (apenas uma vereadora é do espectro centro-esquerda). Em relação as suas pautas e projetos de lei do primeiro ano de mandato (2021), há um predomínio de temas relacionados a mulheres, todavia sem ousadia de propor algo relacionado a pauta feminista. Outra conclusão possível é a de que, como a lei que considera crime a VPCM é de 2021, essas vereadoras talvez



não tenham conhecimento do que pode ser considerada violência política contra a mulher e ainda não consigam identificar ela no seu dia a dia. As mulheres têm um longo caminho pela frente na atuação política institucionalizada. Cabe dar continuidade a pesquisas sobre o tema que possam lançar esse olhar acerca da Política estimulando também o diálogo com a Universidade e os movimentos sociais para que as pautas femininas e feministas sejam capazes de atingir diferentes mulheres, de diferentes classes, etnias, regiões e principalmente, que se torne uma luta “para” e “de” toda a comunidade.

Referências

ASSIS, Evandro de. **Vereador de Gaspar destaca “beleza” de colega em dia de recorde feminino na política.** Publicação: 15/06/2022. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br//colunistas/evandro-de-assis/vereador-de-gaspar-destaca-beleza-de-colega-em-dia-de-recorde-feminino>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. **LEI Nº 14.192, DE 4 DE AGOSTO DE 2021.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14192.htm. Acesso em: 27 abr. 2022.

D'ÁVILA, Manuela (Org.). **Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil.** Rio de Janeiro: Rosa dos Temos, 2022. *Ebook*.

DUARTE, Catarina. **Vereadora de Brusque é alvo de ameaças e ofensas racistas; caso é o 5º registrado em SC.** Publicação: 08/02/2023. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br//noticias/vereadora-de-brusque-e-alvo-de-ameacas-e-ofensas-racistas-caso-e-o-5o-registrado-em-sc>. Acesso em 13 jun. 2023.

LAURIS, Élide; HASHIZUME, Maurício. **Violência Política e Eleitoral no Brasil: Panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020.** Curitiba: Terra de direitos e Justiça Global, 2020. Disponível em: http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Relat%C3%B3rio_Violencia-Politica_FN.pdf. Acesso em: 20 abr. 2022.



**II CONGRESSO INTERNACIONAL
E IV SEMINÁRIO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Conflitos globais e suas repercussões no território

DIAS 17 E 18 DE AGOSTO DE 2023


**MESTRADO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**


FACCAT

MATOS, Marlise. A violência política sexista, racista e interseccional: mapeando conceitos de violência política contra as mulheres. In: D'Ávila, Manuela (Org.).

Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Temos, 2022. *Ebook*.